ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
UNIÃO E TRABALHO!

LINHA DIRETA

#39 | Ano XXVIII | Setembro 2021

Associado, a ANFIP é sua!

A ANFIP já percorreu um caminho de mais de 70 anos de história e transformação. Os registros mostram o quanto a Entidade teve e tem voz ativa na sociedade, influenciando diversas decisões políticas ao longo desse percurso. Fatos dos quais se orgulha muito! Mas um grande feito, o principal de todos, o que mais traz reconhecimento, é o fato de a Associação focar em todas as suas ações o interesse de seus associados. É pelos associados e para eles que a Entidade planeja, organiza e executa suas várias programações.

Ao longo dos dois últimos anos, a Entidade deu um grande salto de aproximação com seus representados. A pandemia, que afastou fisicamente as pessoas, propiciou uma aproximação antes jamais vista. É a tecnologia que tem mantido a união de todos, cada vez mais.

As lives, webinários, reuniões virtuais, atuação política nas redes sociais, comemorações de datas simbólicas, a Convenção Nacional, as eleições on-line, todas essas novidades são feitas para que você, associado, tenha a chance de fazer parte desse processo de evolução, e para que tenha a oportunidade de participar, de compartilhar e de ser ouvido. É para vocês que essas atividades são feitas com tanta dedicação.

Junte-se às atividades programadas. Inscreva-se nos eventos agendados. Acesse os debates realizados. Consulte suas caixas de e-mail. Acesse nossas redes sociais. Leia a nossa página. Diariamente a ANFIP divulga uma série de ações em andamento. O trabalho é intenso e tudo é informado por meio dos canais de comunicação. E, sempre que possível, envie suas críticas e sugestões. É por meio da sua avaliação e opinião que a Entidade pode melhorar ainda mais. A ANFIP, associado, é a sua entidade representativa. Você faz parte dessa história!

Live do Dia do Servidor vem aí; faça sua inscrição!

É com muita emoção e alegria que a ANFIP anuncia a realização de mais um evento on-line comemorativo: a Live do Dia do Servidor. Anote na agenda! Dia 28/10, às 15 horas, pelo YouTube.

Teremos uma palestra especial com o superintendente da 3ª Região Fiscal, João Batista Barros da Silva Filho, e ainda o depoimento de associados, música e, claro, sorteio de brindes. Corra e garanta o seu número de participação. Inscreva-se AQUI.

Para relembrar - Em 2020, a primeira transmissão comemorativa realizada pela ANFIP foi em homenagem aos servidores públicos. Em meio à pandemia, a Entidade mergulhou no mundo digital para oferecer aos associados momentos de descontração, alegria e união. De lá para cá, muitos encontros de sucesso foram realizados. E a evolução continua! Associado, participe, este é evento é feito para você!

Carência Zero para novas adesões ao plano Unimed Vitória
PÁGINAS 2

Conheça os Convencionais eleitos para a XXVIII Convenção
PÁGINA 3

Live debate papel da sociedade no financiamento do Estado
PÁGINA 5

ANFIP realiza Assembleia Geral para autorizar o ingresso de ações

A ANFIP convoca os associados quites com seus deveres associativos para participarem de Assembleia Geral Extraordinária a partir das 9h do dia 6/10 às 23h59 do dia 7/10, exclusivamente por meio eletrônico, para autorizar o ingresso de ações judiciais e ratificar e regularizar a representação da Entidade nas ações coletivas em trâmite. A plataforma será disponibilizada na data da votação.

Ressaltamos a importância da participação de todos para efetiva tomada de decisões e estabelecer os ditames a serem seguidos no âmbito judicial, visando a defesa dos interesses e direitos dos associados. Confira as ações coletivas cabíveis e as que estão em trâmite no edital de convocação AQUI.

O Setor Jurídico da Entidade se mantém à disposição para qualquer esclarecimento adicional através do e-mail juridico@anfip.org.br, WhatsApp (61) 98176-9051 e pelo telefone 3004-9197.

ANFIP esclarece pauta da assembleia sobre ações judiciais

Após indagações por parte de alguns associados, a Vice-Presidência de Assuntos Jurídicos da ANFIP vem esclarecer a pauta da Assembleia Nacional Extraordinária, convocada para os próximos dias 6 e 7 de outubro, que irá deliberar acerca de autorização para o ingresso oportuno de prováveis novas ações judiciais.

A ANFIP esclarece que, após entendimento do Supremo Tribunal Federal, de 2016, toda associação necessita de autorização para início de qualquer ação judicial. Essa autorização pode ser feita em Assembleia, mesmo que posteriormente ao ingresso da ação judicial, conforme entendimento emanado pelo Superior Tribunal de Justiça, em 2019.

A ANFIP, para evitar a burocratização, fará uma Assembleia mais ampla, com um rol de ações que poderão ser ajuizadas no futuro, a depender de uma análise depurada de seu Setor Jurídico e autorização do Conselho Executivo. Esse ingresso de ações judiciais não irá onerar os associados, muito pelo contrário, são ações de interesse da categoria e que poderão trazer benefícios a todos.

Além disso, irá ratificar as ações já ajuizadas e que não passaram por assembleia, de forma a regularizá-las e evitar que ocorram extinções por falta de legitimidade, com a eventual perda do direito pleiteado, uma vez que são demandas antigas, bem anteriores a 2016, quando o STF definiu pela obrigatoriedade.

ANFIP lança Carência Zero para novas adesões ao plano Unimed Vitória

Isso mesmo que você está lendo! As **novas adesões ao plano de saúde Unimed Vitória**, com vigência entre 1º/11 e 30/11, estão com **Carência Zero***. Anote na sua agenda, pois os diferenciais são imperdíveis!

Essa é a parceria da ANFIP e da Benevix oferecendo aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil serviços que atendem aos seus interesses.

Além da Carência Zero, o plano foi reformulado e passa a oferecer diferenciais de mercado, com uma nova tabela de mensalidades com descontos exclusivos; isenção de seis mensalidades associativas da ANFIP para novos Auditores Fiscais que aderirem ao plano; reajuste de mensalidades somente em fevereiro de 2023; plano odontológico sem custo de mensalidades ou coparticipações.

Para fazer a adesão, os Auditores Fiscais podem entrar em contato com a Benevix pela **Central de Vendas 0800 591 0534**. Aproveite essa oportunidade!

** Carência Zero exceto Parto (300 dias) e CPT – Cobertura Parcial Temporária (720 dias). Campanha válida para contratos 6848 (Enfermaria e Apartamento) e 8052 (Rede Diferenciada).*

EXPEDIENTE LINHA DIRETA

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado, Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado

ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
UNIÃO E TRABALHO!

www.instagram.com/anfipnacional www.facebook.com/anfip.nacional www.twitter.com/anfipnacional www.youtube.com/anfipoficial

ANFIP promove Fórum Internacional Tributário – FIT 2021; participe!

Nos dias 20, 21 e 22 de outubro acontece, em São Paulo, o Fórum Internacional Tributário (FIT 2021), evento promovido pela ANFIP juntamente com a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) e com o Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Sinafresp).

O evento híbrido, realizado nas modalidades presencial e virtual, tem como objetivo reunir especialistas em tributação e economia de todo mundo para tratar, em especial, dos desafios tributários dos países latino-americanos, além de abordar estratégias para a promoção de justiça tributária, combate à sonegação, evasão e elisão fiscal na América Latina, com foco na retomada do desenvolvimento pós-pandemia.

As inscrições já estão abertas e devem ser feitas na página do evento. Acesse AQUI.

Para conectar todos os interessados, foram lançadas redes

sociais exclusivas, que trazem conteúdos sobre os desafios tributários e as atualizações do evento.

Não perca tempo! Siga o FIT nas redes Instagram, Facebook, Twitter, LinkedIn e YouTube e fique por dentro de todas as novidades. Para mais detalhes sobre a programação acesse o site www.forumfit.org.br.

Confira quem são os Convencionais eleitos para a XXVIII Convenção Nacional da ANFIP

O processo eleitoral para escolha dos Convencionais da XXVIII Convenção Nacional Ordinária foi totalmente realizado pela ANFIP, nos dias 24 a 27 de setembro de 2021, de forma exclusivamente eletrônica, não mais necessitando que os associados aguardem o quinto dia útil para abertura e contagem dos votos.

Noventa e sete candidatos tiveram a sua inscrição homologada para ocupar as oitenta e duas vagas estatutariamente rateadas por unidade da Federação.

A votação ocorreu por meio do hotsite votoconvencionais.anfip.org.br, onde 1.319 associados manifestaram seu voto, escolhendo titulares e suplentes distribuídos da seguinte forma:

Acre: João Alves Moreira, dois votos;

Alagoas: Lindenbergue Fernando de Almeida, dois votos;

Amazonas: Thelma Brandão de Aquino da Silva, nove votos; Cleide Almeida Nôvo, nove votos; e dois votos em branco;

Bahia: Oscar Filho, cinquenta e três votos; Maria Bernadete Sampaio Bello, vinte e cinco votos; Maria Dorimar de Almeida Souza, vinte e quatro votos; Creusa Dantas Gama, vinte e três votos; e em branco, cinquenta e três votos;

Ceará: Tereza Liduína Santiago Félix, sessenta e dois votos; Ercilia Leitão Bernardo, sessenta e um voto; Pedro Cadeira de Araújo, cinquenta e dois votos; Francisco Ferreira Maciel, quarenta e quatro votos; e em branco, quarenta e nove votos;

Distrito Federal: Gilberto Pereira, dezesseis votos; Léa Pereira de Mattos, quinze votos; Kátia Viana Coelho de Souza, quatorze votos; Rita Felicetti de Oliveira, treze votos; Marcos Fernandes Marinho, dez votos; e em branco, quarenta e sete votos;

Espírito Santo: Paulo José Vieira da Silva, trinta e três votos; Misma Rosa Suhett, trinta e dois votos; Eucélia Maria; Agrizzi Mergár, trinta e dois votos; Olivina Thereza Mattedi Gobbi, vinte e oito votos; em branco, sete votos; e nulos; quatro votos;

Goiás: Nilo Sérgio de Lima, trinta e um votos; Álvaro Fernandes Filho, trinta votos; Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão, vinte e nove votos; Crésio Pereira de Freitas, vinte e sete votos; ficando como suplente em Goiás: Orlei Oliveira

Guimarães, vinte e cinco votos; e em branco, vinte e dois votos;

Maranhão: Maria Moraes dos Santos, quinze votos; Cícero Viana de Souza, quatorze votos; e em branco, sete votos;

Minas Gerais: Ilva Maria Franca Lauria, cento e cinquenta e nove votos; Ana Lucia Guimarães Silva, cento e quarenta e oito votos; Maria Lúcia Dâmaso, cento e quarenta e quatro votos; Ana Maria Morais da Silva, cento e quarenta e dois votos; Maria Lisboa Macedo, cento e vinte e seis votos; Lazaro Idino Bagliano, noventa e três votos, ficando como suplentes em Minas Gerais: Maria Geralda Vitor, setenta e um votos; Fernando Eustáquio Caldeira, cinquenta e seis votos; Paulo Roberto dos Reis, treze votos; Deise Lucia Gusmão da Rocha Dalben, dez votos; sendo em branco o total de duzentos e noventa e oito votos;

Mato Grosso: Benedito Cerqueira Seba, quinze votos;

Mato Grosso do Sul: não houve candidatos;

Pará: Albenize Gatto Cerqueira, dezessete votos; Marluce do Socorro da Silva Soares, quinze votos; e em branco, quatro votos;

Paraíba: José Avelino da Silva Neto, quarenta e sete votos; Lucimar Ramos de Lima Ramalho, trinta e um votos; Evando Ricardo da Silva, vinte e nove votos; ficando como suplentes na Paraíba: Alcir Morais de Lucena, vinte e seis votos; Severino Felipe da Silva, quinze votos; Ivonete Maria Macêdo Campelo, quinze votos; Antonio Costa Filho, onze votos; sendo em branco o total de doze votos;

Pernambuco: Luiz Mendes Bezerra, cinquenta e oito votos; Antonio Gomes Campelo, cinquenta votos; José Tibúrcio Tabosa, quarenta e nove votos; Paulo Correia de Melo, quarenta e seis votos; ficando como suplentes em Pernambuco: Jones Trajano de Melo, trinta e sete votos; e Joel Sarruá Rodrigues, quatro votos; sendo em branco o total de dezesseis votos;

Piauí: Marconi de Oliveira Holanda, oito votos; Singefredo Neto Gondim, seis votos; ficando como suplente no Piauí: Osmar Escorcio de Carvalho, dois votos;

Paraná: Márcio Humberto Gheller, quarenta e nove votos; João Eudes da Silva, trinta e nove votos; Paulo Radtke, trinta e oito votos; Carlos Alberto Barbosa, trinta e sete votos; sendo em branco o total de cento e sete votos;

Rio de Janeiro: José Arinaldo Gonçalves Ferreira, oitenta e nove votos; Aniceto Martins, oitenta e sete votos; Marcilio Henrique Ferreira, setenta e dois votos; Marcia Irene Cancio de Mello Werneck, setenta votos; sendo em branco o total de trezentos e quarenta e dois votos;

Rio Grande do Norte: Maria Aparecida Fernandes Paes Leme, trinta votos; Maria Alba de Carvalho, vinte e nove votos; Amauri Soares de Souza, vinte e oito votos; sendo em branco o total de trinta votos;

Rondônia: não houve votos computados em Rondônia, não havendo eleitos;

Roraima: Roberto Paulo da Silva Santos, um voto;

Rio Grande do Sul: Dulce Wilennbring de Lima, cem votos; Vilson Antonio Romero, noventa e nove votos; Luiz Carlos Correa Braga, noventa e dois votos; Nereu Alberto Finck Capeletti, oitenta e oito votos; Vladimir Soares Aquino, oitenta e seis votos; sendo em branco o total de cento e setenta e cinco votos;

Santa Catarina: Floriano José Martins, oitenta e quatro votos; Luíz Spricigo, setenta e seis votos; Luiz Carlos Aguiar da Silva, sessenta e quatro votos, José Augusto Baasch Luz, sessenta votos; e Airton Nagel Zanghelini, cinquenta e nove votos; ficando como suplentes em Santa Catarina: Gilberto Lazzarotto de Oliveira, quarenta e dois votos; e José Carlos Nogueira Ribeiro, trinta e seis votos; sendo em branco o total de trinta e nove votos;

Sergipe: Jorge Cezar Costa, dez votos; e Antonio Roza Neto, associado à ANFIP em 01/01/1982, cinco votos; ficando como suplente, no desempate, em Sergipe: Gladston Ferreira dos Santos, associado em 08/03/1985, cinco votos; e

São Paulo: Ariovaldo Cirelo, cento e noventa e três votos; Assunta Bergamasco, cento e oitenta e sete votos; Maria Beatriz Fernandes Branco, cento e setenta e três votos; Margarida Lopes de Araújo, cento e sessenta e nove votos; Sandra Tereza Paiva Miranda, cento e sessenta e sete votos; Dirce Leme Claro de Menezes, cento e cinquenta e sete votos; e Marinalva Azevedo dos Santos Braghini cento e doze votos; ficando como suplentes em São Paulo: Jamile Jabra Malke, cento e sete votos; Nilza Garutti cento e seis votos; Ana Maria Tomaselli Pacheco, setenta e cinco votos; Rose Ane Augusto Mariano, sessenta e dois votos; e Edna Cordeiro Rosa cinquenta e nove votos; sendo em branco o total de trezentos e setenta e nove votos e nulos, sete votos.

Tocantins: não houve candidatos.

Neste pleito, restaram não preenchidas dez vagas a convencional por falta de candidatos inscritos, por desistência da candidatura antes da lacração da urna ou por falta de manifestação dos eleitores do próprio estado: uma vaga em cada um dos estados de Alagoas, Bahia, Paraná, Rondônia, Santa Catarina e Tocantins, duas vagas no Rio de Janeiro e duas no Mato Grosso do Sul.

Em atendimento ao art. 66 do Estatuto, poderão integrar as chapas candidatas ao Conselho Executivo ou concorrer como candidato individual ao Conselho Fiscal, os suplentes que obtiveram mais de dez por cento dos votos dos eleitores de sua Unidade da Federação: Alcir Moraes de Lucena, Ana Maria Tomaselli Pacheco, Antonio Costa Filho, Edna Cordeiro Rosa. Fernando Eustáquio Caldeira, Gilberto Lazzarotto de Oliveira, Gladston Ferreira dos Santos, Ivonete Maria Macêdo Campelo, Jamile Jabra Malke, Jones Trajano de Melo, José Carlos Nogueira Ribeiro, Maria Geralda Vitor, Nilza Garutti, Orlei Oliveira Guimarães, Osmar Escorcio de Carvalho, Rose Ane Augusto Mariano e Severino Felipe da Silva.

Confira AQUI o relatório extraído do sistema de votação.

A ANFIP rende suas homenagens aos cinco associados que, com idades entre 94 e 101 anos, quando muitos não mais se interessam por tecnologia, fizeram questão de registrar os votos virtuais em seus candidatos, valorizando, ainda mais, suas inserções no Processo Democrático de escolha de seus representantes na ANFIP.

ANFIP se reúne com secretário da Receita Federal do Brasil

O secretário Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), José Barroso Tostes Neto, recebeu a ANFIP para uma reunião em seu gabinete, na quinta-feira (30/9), para discutir diversos assuntos de interesse da Entidade e dos seus associados.

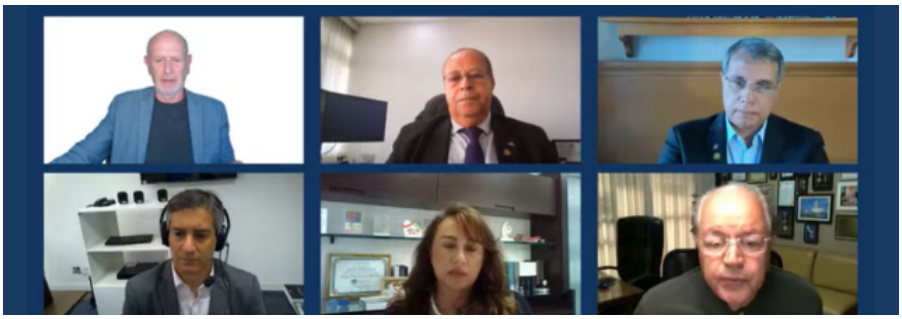
Também estiveram presentes, pela RFB, o subsecretário-geral, Decio Rui Pialarissi, e o subsecretário de fiscalização, Jonathan José Formiga de Oliveira, que, junto ao secretário, falaram sobre o Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal (CONFIA), que é mais um importante passo para a mudança de paradigma da relação entre a Receita e os contribuintes, seguindo modelos propostos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O projeto ainda está em fase de desenvolvimento.

A ANFIP convidou o secretário para participar dos eventos que serão realizados nos próximos meses, que incluem a live comemorativa do Dia do Servidor, a XXVIII Convenção Nacional e o Fórum Internacional Tributário (FIT 2021). Na oportunidade, também foram entregues alguns materiais produzidos pela Entidade.

Pela ANFIP, participaram as vice-presidentes Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas) e Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos).

Live debate papel da sociedade no financiamento do Estado

Os convidados da Série Grandes Debates, promovido pela ANFIP, em parceria com a Agência Servidores, trataram na quinta-feira (30/9) do tema "Reforma Tributária e o dever fundamental de pagar tributos", demonstrando qual o papel da sociedade no financiamento das políticas públicas implementadas pelo Estado.



O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, alertou que, ainda que não exista a prestação do serviço sem a tributação, já que ela é o meio para que o Estado cumpra sua função, a sociedade também tem a garantia de que esse poder de tributar seja limitado. "Essa garantia do cidadão existe justamente para que ele, enquanto financiador de políticas públicas, por meio dos tributos que paga, também tenha a garantia de que suas necessidades serão satisfeitas", destacou.

A mesma ideia foi defendida pelo vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado, que explicou a função social do tributo em viabilizar os serviços essenciais. "Para que o Estado moderno possa fazer suas políticas, é dever da sociedade financiar por meio de tributos", frisou. Entretanto, alertou o vice-presidente, esse financiamento da sociedade deve ser feito de forma justa, de acordo com a capacidade tributária. "Se não for assim, se torna um instrumento de aumento da desigualdade. Por isso, nosso sistema regressivo deve ser alterado, para que haja justiça", justificou, complementado que, "para o Estado atender os objetivos fundamentais previstos na Constituição, é fundamental que se altere o sistema tributário".

Justamente essa regressividade do sistema tributário brasileiro, em que o peso do pagamento dos tributos se concentra no consumo, atingindo, dessa maneira, as camadas mais pobres da população, foi enfaticamente criticada pelos demais debatedores, ainda que as exposições tivessem divergências em relação a outros pontos.

O economista e ex-deputado federal Luiz Carlos Hauly, um dos idealizadores da PEC 110/19, relembrou que, ao longo da história, o Brasil estabeleceu suas bases tributárias, sendo elas patrimônio, renda e consumo, partilhados entre União, Estados e Municípios. Hauly relatou que, a partir de 1988, após o Constituinte não implementar uma reforma tributária, a União começou a registrar perdas. A partir daí, criou contribuições e tributos não partilhados. "Se o sistema era ruim, ficou pior. Foi iniciada a obra do manicômio tributário brasileiro", lamentou. Para o economista, essa estrutura afetou o desenvolvimento e a geração de emprego e renda. "Estávamos evoluindo e, há dez anos, demos marcha ré. O nosso crescimento é nulo. O que significa que estacionamos, enquanto o mundo cresceu. Para mim, o grande vilão é o sistema tributário, que enriquece algumas empresas e empobrece a população", disse. Segundo Hauly, a PEC 110/19 tenta reconstruir o sistema tributário, por meio do tripé "simplificação da base de consumo, tecnologia 5.0 para cobrança instantânea e diminuição da carga tributária sobre os trabalhadores que ganham até dois salários mínimos". "Vamos resolver em definitivo essa injustiça de forma fraterna e solidária", enfatizou.

Em seguida, Mary Elbe Queiroz, advogada e presidente do Conselho Consultivo de Juristas Notáveis do Instituto de Juristas Brasileiras (IJB), criticou a falha em diversos projetos da Reforma Tributária, que, segundo a especialista, não apresentam números, nem dizem qual alíquota efetiva será paga. "Está faltando transparência para conhecermos os números. Ninguém paga carga tributária, se paga tributo e os tributos com certeza aumentarão. E ampliando para a empresa, também aumenta para o consumidor final", disse.

A advogada também lamentou o fato de não haver um padrão de nota fiscal no país. "Em plena era tecnológica ainda não temos nota fiscal uniformizada, temos que avançar nesse sentido para essa arrecadação se dar de forma mais rápida. O Brasil merece sim que haja uma reforma tributária, mas uma que corrija as distorções", completou.

Para Mário Sérgio Telles, gerente de Políticas Fiscal e Tributária da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), a importância do pagamento do tributo pela sociedade é indiscutível. O que, para ele, é preciso discutir urgentemente, é a forma de recolher os tributos. "De 2009 a 2019, o crescimento médio foi de 0,9%. Quando olhamos o crescimento per capita, é zero. O Brasil não cresceu nesses últimos anos. E o grande fator é o sistema tributário. Por isso digo, arrecadar não basta. Precisamos arrecadar de forma eficiente e menos distorcida", afirmou. Para Telles, o modelo de consumo brasileiro reduz a capacidade de crescimento econômico, especialmente para o setor industrial. Isso porque, conforme explicou, esse setor está exposto à concorrência internacional e, no Brasil, há incentivos para a importação, que retiram a competitividade interna. "De 2006 a 2019, o comércio varejista cresceu 66%. No mesmo período, a produção industrial caiu 5%. Quem abasteceu o mercado interno foi o produto importado. O modelo tributário tira nossa capacidade de competir", argumentou, enfatizando que é fundamental que se faça, agora, a reforma tributária.

Ao finalizar o debate, Décio Bruno Lopes destacou que este é um tema é complexo e que não se soluciona de um dia para o outro. "Isso não se resolve sem debate e, neste momento de pandemia, que não há possibilidade de audiências públicas no Congresso Nacional, essa é a nossa preocupação. Nosso objetivo em nossas lives é um debate franco, ninguém é dono de uma verdade, estamos todos tentado construir algo que, constitucionalmente, traga prestação de serviço e consciência tributária.

Confira a live completa AQUI.

Mobilização contra a PEC 32/20 continua

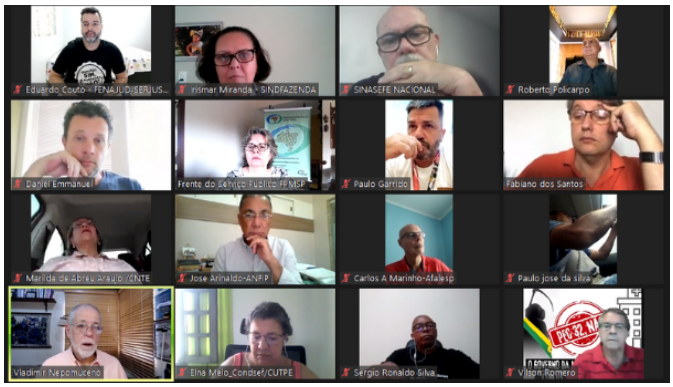
A ANFIP, unida a entidades de classe, centrais sindicais e frentes de servidores, participou de mobilização, na terça-feira (28/9), a fim de pressionar os parlamentares contra a Reforma Administrativa (PEC 32/20), que aguarda agendamento de votação no Plenário da Câmara dos Deputados.

Pela manhã, a Entidade esteve presente no aeroporto de Brasília, recepcionando os deputados. Durante a tarde, os servidores se reuniram na entrada do Anexo II da Câmara com carro de som, panfletos e faixas com mensagens de alerta sobre o retrocesso que a matéria significa.

Também foi realizada reunião da liderança do Partido dos Trabalhadores (PT) com diversos movimentos de servidores para estabelecer estratégias de enfrentamento para os próximos dias. Pela ANFIP, participaram o vice-presidente Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

A ANFIP segue atenta ao agendamento da sessão plenária de deliberação da proposta e atuando para virar os votos dos parlamentares.

Entidades intensificam pressão para barrar a Reforma Administrativa



As entidades que integram a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, se reuniram nesta segunda-feira (27/9), para discutir o andamento das mobilizações após a aprovação da PEC 32/20 (Reforma Administrativa) na Comissão Especial, da Câmara dos Deputados. Pela ANFIP, participaram o vice-presidente Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Vilson Romero alertou para a importância de as entidades ficarem atentas ao agendamento da sessão plenária de deliberação da matéria, que pode acontecer a qualquer momento. “Temos que continuar também com as mobilizações e as mídias de rua. Se virarmos de 70 a 75 votos, eles não terão o número pra aprovar a PEC, a força está conosco”, completou.

O consultor político da Frente, Vladimir Nepomuceno, lembrou que em eventos públicos o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL) prometeu votar a PEC até 30 de setembro, e reforçou a necessidade de unificar o discurso para fortalecer os movimentos para virar os votos. “Nossa arma é a pressão política em cima dos parlamentares para impedir. Eles não têm os 308 votos para a aprovação. Tem deputado que não quer se expor, mas não adianta se esconder porque o voto é nominal, mas tem muito deputado da base do ‘centrão’ com medo de votar”, disse.

As entidades seguem com as mobilizações presenciais nesta terça-feira (28) e quarta- feira (29/9) . Pela manhã, estarão no aeroporto de Brasília, recepcionando os deputados e à tarde, a concentração será na entrada do Anexo II da Câmara. Aqueles que tem autorização para entrar no prédio visitarão os gabinetes e intermediando a discussão com os parlamentares.

Conselhos definem cronograma de atividades estatutárias

Integrantes dos conselhos Executivo, de Representantes e Fiscal definiram na terça-feira (28/9) o cronograma das atividades para as últimas reuniões estatutárias do ano. Os conselhos devem preparar e consolidar os relatórios finais para análise e votação.

Na oportunidade, também foram tratados dos detalhes da programação da XXVIII Convenção Nacional, que acontecerá de 8 a 10 de novembro, com a nova dinâmica em formato virtual.

Participaram da reunião, pelo Conselho Executivo, o presidente Décio Bruno Lopes e os vice-presidentes Márcio Humberto Gheller (Executivo) e Albenize Gatto Cerqueira (Cultura Profissional e Relações Interassociativas); pelo Conselho de Representantes, o coordenador da Mesa, Genésio Denardi (SP), Maria dos Remédios Bandeira (PB), Antonio Carlos Silveira (SC), Carlos José de Castro (GO); do Conselho Fiscal, esteve presente a coordenadora, Assunta Di Dea Bergamasco.

ANFIP é recebida no Senado Federal

Na quarta-feira (29/9), a senadora Eliane Nogueira (PP/PI) recebeu a ANFIP em seu gabinete. No encontro, os representantes entregaram alguns dos estudos e materiais produzidos pela ANFIP, como a pesquisa "A Reforma Tributária Necessária: Diagnóstico e Premissas" e a última edição da Revista Seguridade Social e Tributação, que destaca os malefícios da Reforma Administrativa.

A senadora agradeceu a visita e a entrega do material, e colocou seu gabinete à disposição para receber a Entidade novamente.

Participaram do encontro o presidente Décio Bruno Lopes, e as vice-presidentes Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas) e Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos).

ANFIP reúne-se com conselheiro da Embaixada da Espanha

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, recebeu na terça-feira (28/9) na sede da Associação, em Brasília, o Conselheiro de Finanças da Embaixada da Espanha no Brasil, Francisco Javier Sánchez Gallardo. Também participaram da reunião as vice-presidentes Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas), Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais) e Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), além da diretora Administrativa Financeira da Fundação ANFIP, Maria Geralda.

O objetivo da reunião foi dialogar sobre os modelos de tributação brasileiro e espanhol e trocar experiências acerca do tema. Sánches Gallardo é economista e especialista em sistema tributário, autor de diversas publicações. “Para mim é um prazer poder ajudar e compartilhar experiências com a ANFIP”, disse.

Décio Lopes agradeceu a visita do conselheiro e falou sobre os diversos estudos da ANFIP sobre o sistema tributário brasileiro, com destaque para a proposta de Reforma Tributária Solidária, desenvolvida em conjunto com a Fenafisco (Federação do Fisco Estadual e Distrital).

Também na reunião, os representantes da ANFIP sugeriram que seja firmado um convênio da Embaixada da Espanha com instituições de ensino superior espanholas para a realização de cursos de especialização em tributos ou seguridade, visando, posteriormente, credenciá-los junto à Receita Federal do Brasil para a concessão de licenças-capacitação. Gallardo se comprometeu a levar a proposta ao conhecimento do embaixador e do conselheiro que cuida da área.

Prorrogado até 31/12 prazo para realização de Prova de Vida

Os beneficiários do Poder Executivo Federal que não realizaram a comprovação de vida entre janeiro de 2020 e setembro de 2021 têm até 31 de dezembro para realizarem a Prova de Vida e evitar a suspensão do pagamento da remuneração.

Os aniversariantes a partir de outubro de 2021 que já cumpriram com a obrigação de comprovação de vida referente aos anos anteriores terão que realizar a Prova de Vida a partir do mês de aniversário, nos moldes do que está descrito na Portaria nº 244 e Instrução Normativa nº 45, ambas de 15 de junho de 2020.

Para realizar a prova de vida, basta cumprir um dos procedimentos a seguir:

Prova de Vida Digital, por meio de aplicativo no celular – o beneficiário precisa ter a biometria (identificação digital) cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), e ter instalado em seu celular os aplicativos **SouGov.br** e GOV.BR.

O procedimento será iniciado pelo SouGov.br e, em seguida, deverá ser efetuada a validação facial no aplicativo GOV.BR. Todas as etapas serão indicadas na tela do celular. Depois, o beneficiário deverá acompanhar a sua situação pelo aplicativo SouGov.br.

Comparecer presencialmente – para a prova de vida presencial, o beneficiário deve comparecer a qualquer agência do banco onde recebe o pagamento, munido de documento de identificação com foto.

Independente do canal em que foi realizada a comprovação de vida, o beneficiário pode acompanhar a situação no SouGov.br, tanto pelo aplicativo como pelo computador. Em qualquer desses canais é possível também obter o comprovante e receber notificações para lembrar o prazo da realização da Prova de Vida.

Para saber mais sobre a Prova de Vida, acesse o Portal do Servidor.

Tutoriais - O Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos (Decipex) disponibilizou em sua página oficial no Portal do Servidor todos os tutoriais de utilização dos serviços oferecidos pelo SouGov.br. Confira AQUI.